

TUDO QUE
VOCÊ PRECISA
SABER SOBRE
A SUA CIDADE

R\$ 5,00

06 de
Setembro
de 2026
Nº 9.852

35
anos

♦ SUMARÉ [CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO] ♦ HORTOLÂNDIA ♦ NOVA ODESSA ♦ MONTE MOR ♦ ELIAS FAUSTO ♦ PAULÍNIA ♦ CAMPINAS ♦ AMERICANA

Mulheres são 52% do eleitorado e dão o tom da disputa em Sumaré

Maioria feminina ganha força em um dos maiores colégios eleitorais da região: Sumaré totaliza 199.745 votantes, com 8.669 mulheres a mais que homens e soma 71.060 pessoas com ensino médio completo, de acordo com dados do TSE

As mulheres formam a maioria do eleitorado de Sumaré nas Eleições 2026, enquanto o ensino médio completo aparece como o nível de escolaridade mais frequente entre os moradores aptos a votar. Segundo os dados mais recentes do Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, o município possui 199.745 eleitores, sendo 104.193 mulheres e 95.524 homens. O eleitorado feminino representa aproximadamente 52,16% do total, contra 47,82% de homens. A diferença é de 8.669 eleitoras a mais, cenário que

reforça o peso das mulheres na disputa pelos votos no município neste ano. Na escolaridade, o maior grupo é formado por eleitores que declararam ensino médio completo. São 71.060 pessoas nessa condição, o equivalente a cerca de 35,6% de todo o eleitorado de Sumaré. Em seguida aparecem os eleitores com ensino médio incompleto, que somam 36.971 pessoas. Outros 35.150 declararam ensino fundamental incompleto, enquanto 16.148 possuem ensino superior completo.

PÁGINA 03



DIVULGAÇÃO

Município possui 199.745 eleitores, sendo 104.193 mulheres e 95.524 homens

Projeto que muda licença-prêmio é aprovado na CCJ em Nova Odessa

Comissão jurídica da Câmara deu parecer favorável à tramitação do projeto que mantém 60 dias de licença aos servidores alcançados pela nova regra, mas acaba com a escolha pela conversão integral do período em dinheiro

ÚLTIMOS 7 MESES

Sumaré está entre as 12 de SP que mais empregam em 2026

Sumaré criou 2.931 empregos com carteira assinada nos primeiros sete meses de 2026 e avançou da 13ª para a 12ª posição entre os municípios paulistas com melhor saldo de vagas no período. O resultado representa crescimento de 56,7% na comparação com os mesmos sete meses de 2025, quando a cidade havia registrado 1.871 novos postos de trabalho.

PÁGINA 06

REGULARIZAÇÃO



DIVULGAÇÃO

O prefeito de Hortolândia, Zezé Gomes (Republicanos), sancionou a lei que permite avançar na regularização da área destinada à implantação de uma unidade da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo, a Fatec, no município. O terreno está localizado no loteamento Remanso Campineiro.

PÁGINA 08

A Câmara de Nova Odessa deu mais um passo na análise das novas regras da licença-prêmio. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) aprovou parecer favorável ao projeto. A proposta preserva o período de 60 dias concedido após cinco anos de efetivo exercício. A mudança central está na res-

trição à transformação de todo o benefício em pagamento. O parecer é referente ao Projeto de Lei nº 59/2026, que pretende adequar a legislação municipal a uma recomendação do Ministério Público do Estado de São Paulo. A decisão definitiva dependerá da votação política do texto pelos vereadores.

PÁGINA 04



Buscando novas oportunidades? Confira na **página 04** mais de **vinte vagas** em aberto!



ESCOLAS

Murilo entrega mil conjuntos de carteiras e cadeiras em Monte Mor

PÁGINA 07

COMUNICADO

Em virtude do feriado de **Sete de Setembro**, não haverá circulação nesta terça-feira, dia 08/09. A circulação volta ao normal na quarta-feira, dia 09/09

CHARGE



Mulheres são maioria e ensino médio lidera eleitorado de Sumaré em 2026

Dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mostram que o município chega ao pleito deste ano com 199.745 eleitores; mulheres representam 52,16% do total e ensino médio completo é a escolaridade dominante, com mais de 71 mil pessoas

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

As mulheres formam a maioria do eleitorado de Sumaré nas Eleições 2026, enquanto o ensino médio completo aparece como o nível de escolaridade mais frequente entre os moradores aptos a votar. Segundo os dados mais recentes do Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, o município possui 199.745 eleitores, sendo 104.193 mulheres e 95.524 homens.

O eleitorado feminino representa aproximadamente 52,16% do total, contra 47,82% de homens. A diferença é de 8.669 eleitoras a mais, cenário que reforça o peso das mulheres na disputa pelos votos no município neste ano.

Na escolaridade, o maior grupo é formado por eleitores que declararam ensino médio completo. São 71.060 pessoas nessa condição, o equivalente a cerca de 35,6% de todo o eleitorado de Sumaré.

Em seguida aparecem os eleitores com ensino médio incompleto, que somam 36.971 pessoas. Outros 35.150 declararam en-



Mulheres são 52,16% do eleitorado e ensino médio completo lidera escolaridade em Sumaré

sino fundamental incompleto, enquanto 16.148 possuem ensino superior completo.

Os números mostram que mais de um em cada três eleitores de Sumaré concluiu o ensino mé-

dio, tornando esse grupo o principal recorte educacional do município para as eleições de outubro.

Somados, os eleitores com ensino superior completo e incompleto chegam

a 24.172 pessoas. Já 14.842 possuem ensino fundamental completo, 10.666 declararam que sabem ler e escrever e 6.884 aparecem como analfabetos no cadastro eleitoral.

O perfil por idade também revela concentração entre adultos. A faixa de 40 a 44 anos é a maior do município, com 21.503 eleitores. Na sequência aparecem aqueles com

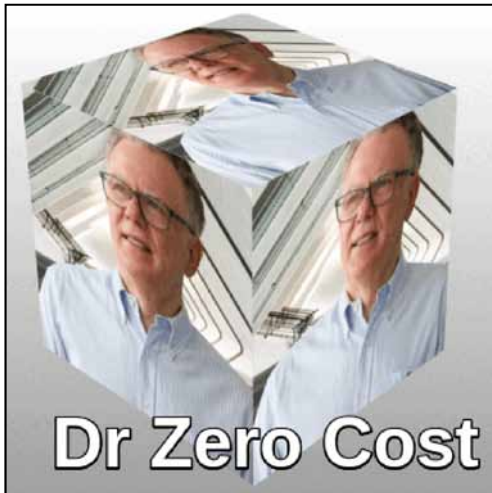
45 a 49 anos, com 20.324, e os eleitores entre 35 e 39 anos, que somam 20.120.

Somadas, as faixas entre 30 e 49 anos representam 81.365 pessoas, aproximadamente 40,7% de todos os eleitores cadastrados em Sumaré.

Sumaré tem uma diferença de 8.669 eleitoras a mais e reforça o peso das mulheres nas urnas

O município também possui 43.772 eleitores com 60 anos ou mais, o equivalente a aproximadamente 21,9% do total. Entre os jovens de 16 e 17 anos, faixa em que o voto é facultativo, são 1.000 pessoas aptas a participar das eleições.

Com 199.745 eleitores, Sumaré está apenas 255 abaixo da marca de 200 mil. O número mantém a cidade entre os maiores colégios eleitorais da Região Metropolitana de Campinas e amplia seu peso nas disputas para presidente, governador, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.



Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Imagine uma pessoa desempregada e de baixa renda que participa de um programa de qualificação profissional. Algum tempo depois ela consegue um emprego formal. A renda familiar aumenta. Os filhos permanecem na escola. Depois de doze ou dezoito meses, a melhora se mantém. O número de vagas oferecidas no curso é um indicador importante da administração pública.

Mas talvez o verdadeiro resultado seja outro: quantas pessoas conseguiram construir uma trajetória sustentável de maior autonomia?

Essa diferença separa dois conceitos frequentemente confundidos: entrega e resultado.

- Construir uma escola é entrega. Melhorar aprendizagem é resultado.
- Oferecer um curso profissionalizante é entrega. Aumentar de maneira sustentável a inserção produtiva é resultado.
- Realizar atendimentos é entrega. Reduzir determinada vulnerabilidade é resultado.

Nenhuma dessas entregas perde importância. Ao contrário. O desafio é conseguir estabelecer uma ponte entre aquilo que o poder público fez e aquilo que efetivamente mudou na vida das pessoas. Para isso, municípios precisam aprender a acompanhar trajetórias.

Dados administrativos que hoje estão dispersos entre assistência social, educação, saúde e desenvolvimento econômico podem, dentro das regras legais de proteção de dados, produzir uma visão muito mais rica da realidade.

Um identificador consistente permite reconhecer que aquela pessoa atendida hoje é a mesma observada daqui a um ano. A família ajuda a compreender seu contexto social. E o território mostra onde trajetórias semelhantes estão se concentrando.

A tecnologia, entretanto, é apenas uma ferramenta. O objetivo não deve ser construir gigantescos bancos de dados sobre

cidadãos. Deve ser responder perguntas públicas previamente definidas, utilizando somente as informações necessárias, com controle de acesso, finalidade determinada e proteção da privacidade.

A pergunta mais importante continua sendo humana:

- O que aconteceu com aquela pessoa?
- Conseguiu emprego?
- A renda melhorou?
- Concluiu seus estudos?
- Passou a acessar algum serviço de que necessitava?

• Sua condição melhorou de maneira permanente ou apenas temporariamente?

E talvez exista uma pergunta ainda mais interessante: o que aconteceu com as pessoas que conseguiram melhorar? Se encontrarmos padrões nessas trajetórias, poderemos começar a compreender os chamados mecanismos de saída da vulnerabilidade.

Pode ser emprego. Educação. Qualificação profissional. Acesso à saúde. Uma rede de proteção funcionando no momento correto. Provavelmente será, muitas vezes, uma combinação de fatores.

É preciso prudência: estatística pode revelar associações, mas nem sempre consegue provar que determinado programa foi sozinho a causa da mudança. Mesmo assim, compreender trajetórias já seria um enorme avanço para as políticas públicas. Veja um debate para as eleições de 2026, depois volte 20 anos no tempo e verifique se algo relevante mudou!

No futuro, uma boa administração pública talvez não seja avaliada apenas pelo número de obras inauguradas, vagas oferecidas ou atendimentos realizados. Talvez uma das perguntas mais importantes seja muito mais simples:

- Entre as pessoas que mais precisavam do poder público, quantas estão melhor hoje do que estavam ontem?

Essa é uma pergunta complexa. Mas,...

Da porteira para fora (485) *Vulnerabilidade não é destino*

Durante décadas, aprendemos a medir a pobreza. Contamos famílias de baixa renda, crianças fora da escola, pessoas desempregadas, idosos desassistidos e inúmeras outras situações que revelam as dificuldades de uma sociedade. Esses números são indispensáveis. Mas existe uma pergunta que fazemos muito menos:

Quantas dessas pessoas conseguiram sair da vulnerabilidade? Podemos rastrear sua identidade e comprovar seu progresso?

A diferença parece pequena, mas muda completamente a maneira de pensar uma política pública. Quando medimos apenas quantas pessoas estão vulneráveis, produzimos uma fotografia. Quando acompanhamos a mesma pessoa ou família ao longo do tempo, começamos a produzir um filme. E o filme pode contar histórias muito diferentes.

Uma família pode continuar vulnerável. Outra pode estar melhorando lentamente. Uma terceira pode ter aumentado sua renda, conseguido emprego e mantido os filhos na escola. Outra pode ter melhorado durante algum tempo e depois retornado à situação anterior ou mesmo piorado.

Todas essas pessoas seriam classificadas simplesmente como “vulneráveis” ou “não vulneráveis” numa fotografia estatística tradicional. Mas suas trajetórias são completamente diferentes.

Talvez esteja aí uma das próximas fronteiras da gestão pública baseada em dados: deixar de medir apenas a vulnerabilidade e começar a medir trajetórias de saída da vulnerabilidade. Isso exige uma mudança importante de perspectiva.

A pessoa não é vulnerável como se essa fosse uma característica permanente de sua identidade. Ela está exposta, naquele momento, a determinados fatores de vulnerabilidade: renda insuficiente, desemprego, baixa escolaridade, ausência de rede de apoio, problemas de saúde, condições precárias de moradia ou uma combinação desses fatores. E essas condições podem mudar.

Portanto, uma política pública bem-sucedida deveria ser capaz de responder não somente quem precisa de ajuda, mas também quem recebeu a política pública e o que aconteceu depois. Sim, porque podemos dizer: tiramos essa pessoa da vulnerabilidade. Será? E se ela saiu sozinha?

SERVIDORES PÚBLICOS

CCJ aprova projeto que muda regras da licença-prêmio em Nova Odessa

Parecer de comissão do Poder Legislativo considera constitucional projeto que altera licença-prêmio, aprova sua tramitação e reforça que vereadores não podem apresentar emendas que aumentem despesas do município durante o processo

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Câmara de Nova Odessa deu parecer favorável à tramitação do projeto que reformula as regras da licença-prêmio dos servidores municipais e acaba com a possibilidade de conversão integral do benefício em dinheiro. Para a comissão, a proposta apresentada pelo prefeito Cláudio José Schooder, o Leitinho (PSD), atende aos requisitos constitucionais e legais necessários para avançar no Legislativo.

O parecer é referente ao Projeto de Lei nº 59/2026, que pretende adequar a legislação municipal a uma recomendação do Ministério Público do Estado de São Paulo. A mudança atinge servidores não contemplados pelas regras da Lei Municipal nº 466, de 1971, e mantém a licença de 60 dias a cada cinco anos de efetivo exercício, mas determina que o período seja utilizado como afastamento remunerado.

Na análise jurídica, a CCJ destaca que a proposta tra-

ta do regime jurídico dos servidores públicos e da organização administrativa do município. Por esse motivo, a iniciativa para apresentar o projeto pertence ao chefe do Poder Executivo, requisito que, segundo o parecer, foi respeitado.

A comissão também recupera o motivo que levou a Prefeitura a propor a alteração. Conforme manifestação da Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica, na área de Controle de Constitucionalidade, havia problema na regra que permitia ao servidor optar pela conversão integral da licença-prêmio em dinheiro durante a atividade.

Segundo o entendimento apresentado pelo Ministério Público, a licença-prêmio tem como finalidade original garantir um período de afastamento remunerado para descanso. A conversão em dinheiro possui caráter excepcional e indenizatório e deve ocorrer quando o servidor não consegue usufruir o benefício por necessidade do serviço.

O parecer destaca que transformar a monetização integral em um direito de escolha do funcioná-

rio, independentemente da necessidade da administração, acaba desvirtuando o instituto. Na avaliação jurídica reproduzida pela CCJ, a medida poderia transformar a licença-prêmio em uma espécie de complementação remuneratória.

Após os questionamentos, o município se comprometeu a apresentar uma solução legislativa para sanar a inconstitucionalidade apontada. O Projeto de Lei nº 59/2026 foi encaminhado à Câmara juntamente com esse objetivo.

CCJ ALERTA VEREADORES

Além de reconhecer a regularidade da iniciativa do Executivo, a comissão fez uma ressalva sobre eventuais mudanças que possam ser apresentadas pelos vereadores durante a tramitação.

O parecer cita entendimento do Supremo Tribunal Federal segundo o qual são inconstitucionais emendas parlamentares que provoquem aumento de despesas em projetos cuja iniciativa é reservada ao chefe do Poder Executivo.

Na prática, a CCJ afirma que os vereadores po-



CCJ avalizou tramitação de projeto que muda regras da licença-prêmio em Nova Odessa

derão discutir a proposta durante a tramitação, mas não poderão aprovar alterações que ampliem gastos municipais relacionados ao projeto.

A comissão também esclarece que sua análise fica restrita aos aspectos jurídicos e constitucionais. Por determinação regimental, a CCJ não se manifestou sobre a conveniência ou a oportunidade da mudança nas regras da licença-prêmio.

O mérito da proposta, incluindo a avaliação política sobre as novas condições impostas aos servidores, deverá ser debatido posteriormente pelo plenário da Câmara.

Ao final do documento, a Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Redação opinou favoravelmente à tramitação do projeto.

O parecer é assinado pelos vereadores Marcelo Maito, Lico Rodrigues e Elvis Pelé.

CONVERSÃO INTEGRAL

Pelo texto encaminhado pelo Executivo, terão direito ao benefício os servidores admitidos a partir de 25 de maio de 2002 que não estejam abrangidos pela licença-prêmio prevista na legislação municipal de 1971.

A cada cinco anos de efetivo exercício, o funcionário poderá obter 60 dias de afastamento remunerado, desde que cumpra os requisitos previstos na proposta, como limites de

ausências e regras relacionadas a penalidades disciplinares.

A principal mudança está na proibição da conversão integral desses 60 dias em dinheiro. O objetivo declarado pelo Executivo é preservar a natureza da licença como período de descanso e adequar a legislação municipal ao entendimento apresentado pelo Ministério Público.

Os períodos aquisitivos já concluídos e aqueles em andamento serão preservados de acordo com as condições previstas no projeto. Já os requerimentos que estiverem pendentes quando a futura lei entrar em vigor deverão seguir as novas regras, inclusive a restrição à conversão em pecúnia.



TEMOS
VAGAS!
DE EMPREGO!



GRUPO
A EXECUTIVA
DESDE 1974



AJUDANTE DE PRODUÇÃO (10 VAGAS)
Não exigimos experiência. Contratamos carteira branca.
Residir em Sumaré, Nova Odessa ou Americana.

AJUDANTE DE CORTE

AJUDANTE DE EXPEDIÇÃO

AJ. DE HIGIENIZAÇÃO (PCD)

AJUDANTE DE INSTALADOR

AJUDANTE DE MOTORISTA

AJUDANTE DE PRODUÇÃO

AJUDANTE GERAL

ASSISTENTE DE COMPRAS

ASSIST. DE DEPTO. PESSOAL

AUXILIAR DE ESTOQUE

AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO

AUXILIAR DE LIMPEZA

BALCONISTA

CONFERENTE

CONSULTOR(A) DE VENDAS

ESTOQUISTA

OPERADOR DE MÁQUINAS

REPOSITOR

SEPARADOR

TECELÃO DE FITAS

TÉCNICO EM ELETRÔNICA

VENDEDOR(A) DE LOJA

Envie currículo para: vagas@aexecutiva.com.br
ou acesse nosso site www.aexecutiva.com.br

NOSSAS
SOLUÇÕES



- Trabalho Temporário
- Terceirização de Serviços
- Recursos Humanos





Matriz
Rua 1º de Janeiro, 306 ° Centro - Nova Odessa/SP |  (19) 3476.8620



INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



Que o dia da Independência fortaleça
nossa fé no Brasil e no potencial de
seu povo.



Câmara Municipal
Monte Mor



Americana inicia cercamento de 865 metros no Bosque dos Ipês

➔ LEIA MAIS NA PÁGINA 08

Paulínia autoriza subsídio a APMs para custeio e melhorias nas escolas

Lei sancionada pelo prefeito Danilo Barros (PL) libera repasses para Associações de Pais e Mestres da rede municipal de ensino para custear manutenção, conservação, equipamentos e ações de apoio às atividades escolares na cidade



Recursos poderão financiar manutenção, equipamentos e melhorias em escolas municipais

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Paulínia sancionou uma lei que autoriza o repasse de recursos públicos às Associações de Pais e Mestres, as APMs, das escolas da rede municipal. A medida permite que as entidades recebam subvenções sociais destinadas ao custeio, manutenção e melhoria das unidades de ensino, além do desenvolvimento de atividades de apoio à rotina escolar.

A Lei nº 4.768/2026 foi sancionada pelo prefeito Danilo Barros (PL) e publicada no Diário Oficial do município. O texto tem origem no Projeto de Lei nº 98/2026, de autoria do Executivo.

Pela legislação, o valor repassado a cada APM será calculado conforme a quantidade de estudantes matriculados em cada unidade. Para essa definição, será considerado o número de alunos registrado no Sistema de Gestão da Secretaria Municipal de Educação em 30 de abril de 2026.

As escolas municipais de ensino fundamental em período integral terão ainda um acréscimo de 100% no valor da subvenção proporcional ao número de estudantes matriculados nessa modalidade. A medida

considera, segundo a lei, a maior complexidade pedagógica, a necessidade de profissionais especializados, as atividades complementares e a utilização mais intensa da estrutura escolar.

Os recursos poderão ser utilizados para despesas de custeio e manutenção das unidades, contribuindo para melhorias físicas e pedagógicas. A legislação também prevê a possibilidade de alteração dos valores conforme a disponibilidade orçamentária e financeira do município, desde que atendido o interesse público.

Entre as possibilidades previstas estão despesas relacionadas a atividades escolares, assistência aos estudantes, conservação e manutenção dos prédios, equipamentos e instalações. A utilização dos valores deverá constar de um Plano Anual de Trabalho elaborado pelas associações e aprovado pela própria APM, Conselho de Escola e Secretaria Municipal de Educação.

Para ter acesso ao benefício, cada Associação de Pais e Mestres deverá estar regularmente constituída, obedecer ao estatuto padrão municipal, manter o registro atualizado e apresentar documentos relacionados à eleição e posse de

seus integrantes. Também será exigido registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o CNPJ.

Os recursos serão depositados em contas bancárias específicas em nome de cada unidade executora. A movimentação deverá seguir as orientações da Secretaria Municipal de Educação e as regras de fiscalização e prestação de contas estabelecidas pelo poder público.

A lei proíbe a aplicação do dinheiro no pagamento de servidores ativos da Prefeitura ou de profissionais contratados por órgãos da administração pública direta ou indireta. Também não será permitida a compra de bens permanentes com os recursos destinados às APMs.

As entidades terão de prestar contas anualmente e estarão sujeitas à fiscalização da Secretaria de Educação. A pasta deverá criar comissões específicas para aprovação dos planos de trabalho, acompanhamento dos serviços e análise das prestações de contas.

A legislação prevê ainda que a administração municipal poderá intervir nas APMs caso seja constatado desvio de finalidade na utilização dos repasses. A nova regra entrou em vigor na cidade.



Direito Médico e da Saúde

Lanna Vaughan Romano

é advogada especialista em Direito Médico, Direito da Saúde, Direito da Farmácia e do Medicamento

e-mail: dra.lannaromano@gmail.com

Rede social- instagram: dra.lanna_vaughan

Erro médico e responsabilidade: quais são os direitos do paciente?

Por que nem todo resultado indesejado de um tratamento significa erro médico — e quando o paciente pode buscar reparação

A relação entre médico e paciente é marcada pela confiança. De um lado, está o profissional que utiliza seus conhecimentos técnicos para diagnosticar, tratar e acompanhar uma pessoa. Do outro, está o paciente, que deposita no profissional não apenas expectativas de melhora, mas também sua saúde, sua integridade física e, em determinadas situações, a própria vida.

Por isso, quando ocorre uma complicação durante ou após um tratamento, procedimento ou cirurgia, é comum surgir uma dúvida: **todo resultado negativo caracteriza erro médico?** A resposta é não. A medicina envolve riscos, inclusive em procedimentos considerados seguros. Uma complicação, por si só, não significa necessariamente que o profissional tenha agido de maneira inade-

quada. Para que exista responsabilidade civil do médico, é necessário analisar concretamente as circunstâncias do caso, verificando a conduta adotada, as informações fornecidas ao paciente, os riscos envolvidos e a existência de eventual negligência, imprudência ou imperícia.

O QUE CARACTERIZA A RESPONSABILIDADE MÉDICA?

O Código Civil estabelece, em seu artigo 186, que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, causar dano a outra pessoa comete ato ilícito. Já o artigo 927 prevê o dever de reparar o dano causado.

No caso dos profissionais da medicina, a análise da responsabilidade exige atenção especial à natureza da atividade desenvolvida.

Em regra, a responsabilidade pessoal do médico é examinada sob a perspectiva da culpa, sendo necessário verificar se houve negligência, imprudência ou imperícia. A negligência pode ocorrer, por exemplo, quando o profissional deixa de adotar uma providência necessária. A imprudência está relacionada a uma conduta precipitada ou sem os cuidados esperados. Já a imperícia envolve a falta de conhecimento ou habilidade técnica necessária para determinada atuação.

Entretanto, é importante diferenciar a responsabilidade do profissional da responsabilidade dos hospitais, clínicas e demais fornecedores de serviços de saúde, cuja análise pode seguir regras próprias, especialmente quando existe uma relação de consumo.

E QUANDO O TRATAMENTO NÃO APRESENTA O RESULTADO ESPERADO?

O paciente pode realizar uma cirurgia, tratamento ou procedimento seguindo todas as orientações médicas e, ainda assim, apresentar complicações ou não alcançar o resultado desejado.

Isso não significa automaticamente que houve erro médico.

A medicina não é uma ciência de resultados garantidos. Em muitos tratamentos, especialmente os de maior complexidade, existe uma margem de risco que precisa ser considerada.

Por outro lado, o simples fato de uma complicação ser considerada um risco conhecido não significa que o profissional esteja automaticamente isento de responsabilidade. É necessário verificar se a conduta adotada foi adequada antes, durante e depois do procedimento.

Assim, cada caso deve ser analisado individualmente, considerando prontuários, exames, registros médicos, informações fornecidas ao paciente, pro-

tolos aplicáveis e demais elementos disponíveis.

A IMPORTÂNCIA DO PRONTUÁRIO MÉDICO

Em uma eventual discussão judicial ou administrativa, o prontuário médico pode assumir papel fundamental.

Ele registra informações relevantes sobre o atendimento, como consultas, exames, diagnósticos, medicamentos prescritos, procedimentos realizados e evolução clínica do paciente.

Por isso, o paciente possui interesse legítimo em ter acesso às informações relacionadas ao seu próprio atendimento.

A documentação também é importante para o profissional e para a instituição de saúde, pois permite reconstruir os acontecimentos e demonstrar quais condutas foram adotadas durante o tratamento.

PREVENÇÃO TAMBÉM É UMA FORMA DE PROTEÇÃO

A melhor maneira de reduzir conflitos na área médica é fortalecer a comunicação entre profissionais e pacientes.

Para o paciente, é importante perguntar, esclarecer dúvidas, informar corretamente seu histórico de saúde e guardar documentos relacionados ao tratamento.

Para o profissional, manter prontuários completos, registrar adequadamente as informações clínicas, explicar riscos e alternativas de tratamento e documentar as orientações fornecidas são medidas importantes não apenas para sua proteção jurídica, mas principalmente para a segurança do próprio paciente.

A discussão sobre responsabilidade médica, portanto, não deve ser vista apenas como uma busca por culpados. Ela também deve servir para fortalecer uma relação baseada em **informação, transparência, segurança e respeito à autonomia do paciente.**

CARTEIRA ASSINADA

Sumaré cria 2,9 mil empregos e avança para 12ª posição no Estado de São Paulo

Município acumulou saldo de 2.931 vagas formais entre janeiro e julho deste ano, resultado 56,7% superior ao registrado no mesmo período de 2025; número mantém cidade no 2º lugar na geração de empregos na RMC, atrás apenas de Campinas

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Sumaré criou 2.931 empregos com carteira assinada nos primeiros sete meses de 2026 e avançou da 13ª para a 12ª posição entre os municípios paulistas com melhor saldo de vagas no período. O resultado representa crescimento de 56,7% na comparação com os mesmos sete meses de 2025, quando a cidade havia registrado 1.871 novos postos de trabalho.

Os números são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego, e foram analisados pelo Departamento de Economia da Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico.

De janeiro a julho deste ano, empresas instaladas em Sumaré realizaram 26.029 admissões e 23.098 desligamentos, diferença que resultou no saldo positivo de 2.931 vagas.

Na RMC (Região Metropolitana de Campinas), Sumaré aparece na segunda colocação na geração de

empregos, atrás apenas de Campinas. Já entre as cidades da Região do Polo Têxtil, o município lidera o levantamento.

Dos 6.789 empregos criados pelo conjunto de municípios da Região do Polo Têxtil durante os sete primeiros meses do ano, 43,17% foram gerados em Sumaré.

O prefeito Henrique do Paraíso (Republicanos) afirmou que os números refletem o desempenho da economia municipal e defendeu a continuidade de políticas voltadas à atração de empresas e geração de renda.

“Sumaré vem consolidando sua posição como uma cidade que gera oportunidades. Avançar para a 12ª posição no Estado, ocupar o segundo lugar na Região Metropolitana de Campinas e liderar a Região do Polo Têxtil demonstra a força da nossa economia. Nosso objetivo é continuar trabalhando para atrair investimentos, apoiar quem emprega e, principalmente, ampliar as oportunidades de emprego e renda para a população.”



Saldo positivo de vagas em Sumaré contribui com o crescimento regional.

JULHO
Mesmo em um mês de retração regional, Sumaré conseguiu manter saldo positivo no mercado de trabalho. Em julho, foram contabilizadas 3.129 contratações e 3.081 demissões, com abertura de 48 vagas formais.

No mesmo mês, a Região do Polo Têxtil fechou 526 postos de trabalho, enquanto a RMC terminou julho com perda de 154 vagas. Segundo o levantamento municipal, Sumaré foi a única cidade da Região do Polo Têxtil a registrar saldo positivo naquele mês.

O vice-prefeito e secretário de Governo, André da Farmácia (MDB), destacou a participação de Sumaré nos resultados regionais.

“Os indicadores mostram que Sumaré não está apenas acompanhando o crescimento regional, mas contribuindo diretamente

para ele. Quando o município responde por mais de 43% dos empregos gerados na Região do Polo Têxtil e ocupa a segunda colocação na RMC, fica evidente a relevância de Sumaré como polo econômico, produtivo e de geração de oportunidades.”

Serviços respondem por 82% das vagas

O setor de Serviços foi responsável pela maior parcela dos empregos criados em Sumaré neste ano. Foram 2.412 vagas entre janeiro e julho, correspondentes a 82,29% de todo o saldo positivo registrado pelo município.

Na sequência apare-

cem Agropecuária, com 252 novos postos, Comércio, com 101, Indústria, com 93, e Construção Civil, com 73 vagas.

Os dados também mostram diferença significativa entre homens e mulheres. O saldo entre trabalhadores foi positivo em 3.010 va-

gas, enquanto entre os homens houve resultado negativo de 79 postos.

Trabalhadores com Ensino Médio Completo concentraram 1.907 das oportunidades criadas, o equivalente a 65,06% do saldo municipal. Considerando também quem possui

Ensino Médio Incompleto, a participação sobe para 77,04%.

A faixa entre 18 e 24 anos foi a que mais ganhou espaço no mercado formal, com saldo de 850 empregos, aproximadamente 29% do total.

Ao final de julho, Suma-

ré possuía 67.367 vínculos formais de trabalho. Serviços liderava com 26.576 empregos, seguido pela Indústria, com 18.472, e pelo Comércio, com 18.450.

O secretário municipal do Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico, Ed Carlo Michelin, afirmou que os dados são utilizados para orientar as ações da pasta.

“O Caged nos fornece uma radiografia muito importante do mercado de trabalho. Esses indicadores permitem direcionar melhor as ações de qualificação, intermediação de mão de obra e aproximação com as empresas. Nosso trabalho é transformar esses números em oportunidades concretas para a população.” | Paulo Medina



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Emagrecer com GLP-1 significa perder músculo?

Com o crescimento do uso de medicamentos como Mounjaro, Ozempic e Wegovy, uma preocupação também ganhou espaço nas redes sociais: a perda de massa muscular. De um lado, há quem diga que essas medicações “destroem músculo”. Do outro, quem praticamente desconsidera essa possibilidade. Estudos publicados recentemente ajudam a colocar essa discussão em um lugar muito mais interessante e menos alarmista.

Quando alguém perde uma quantidade significativa de peso, é esperado que nem tudo o que desapareça da balança seja gordura. Uma parte costuma vir da chamada massa magra, que inclui músculos, mas não apenas eles. Isso acontece também em processos de emagrecimento sem medicamentos. Portanto, a primeira coisa importan-

te é entender que perder massa magra durante o emagrecimento não é uma particularidade do Mounjaro, Ozempic, Wegovy ou de outros medicamentos dessa família.

Uma análise recente de estudos clínicos encontrou perda de massa magra durante o tratamento com esses medicamentos, mas mostrou também que a perda de gordura tende a ser proporcionalmente maior. Na prática, a pessoa pode terminar o processo pesando menos, com menos massa magra em números absolutos, mas com uma proporção corporal mais favorável porque perdeu ainda mais gordura.

Outra publicação recente, reunindo mais de 15 mil participantes, chegou a uma conclusão igualmente importante: aproximadamente um quarto a pouco

mais de um terço do peso perdido com essas medicações pode corresponder à massa magra. Parece muito quando o número aparece sozinho, mas a proporção foi semelhante à observada em pessoas que emagreceram apenas com mudanças no estilo de vida.

Isso muda bastante a pergunta que deveríamos fazer. Talvez a questão não seja simplesmente “Mounjaro faz perder músculo?”, mas sim: como essa pessoa está emagrecendo e o que está sendo feito para preservar sua massa muscular durante o processo?

Porque aí existem fatores sobre os quais podemos agir.

O treinamento de força é um deles. Nos estudos, quando o processo de emagrecimento incluía treinamento resistido, a preservação de massa magra era melhor. Uma ingestão adequada de proteínas também é importante, assim como garantir que a redução do apetite provocada pela medicação não transforme a alimentação em uma restrição exagerada.

Esse último ponto merece atenção. Medicamentos como Mounjaro, Ozempic e Wegovy podem reduzir bastante a fome e facilitar uma perda expressiva de peso.

Para algumas pessoas, isso representa um avanço enorme no tratamento da obesidade. Mas comer muito menos não significa necessariamente estar comendo melhor. Se a pessoa passa a consumir pouca energia, pouca proteína, não treina força e acompanha apenas o número da balança, existe o risco de co-

memorar os quilos perdidos sem prestar atenção suficiente na qualidade desse emagrecimento.

E talvez seja justamente aí que a discussão sobre músculo seja mais útil.

Duas pessoas podem perder dez quilos e chegar ao final desse processo em condições bastante diferentes. Uma pode ter preservado melhor sua musculatura, força e capacidade física. A outra pode simplesmente ter ficado dez quilos mais leve. A balança, sozinha, não consegue mostrar essa diferença.

Nada disso transforma esses medicamentos em vilões. Eles representam um avanço importante no tratamento da obesidade quando bem indicados. Mas também não faz sentido tratar a perda de peso como se qualquer redução na balança fosse automaticamente um bom resultado. Os estudos mais recentes estão ajudando justamente a tirar essa discussão dos extremos.

Dizer que “Mounjaro destrói músculo” é simplista. Dizer que não existe perda de massa magra também é. Ela pode acontecer, como acontece em outros processos de emagrecimento, e precisa ser gerenciada.

Talvez a chegada de medicamentos cada vez mais eficazes para perda de peso esteja nos obrigando a fazer uma pergunta que deveríamos ter feito há muito tempo: não apenas quanto peso uma pessoa perdeu, mas o que ela perdeu junto com ele.

Porque emagrecer não deveria ser apenas fazer a balança descer. A qualidade do peso que se perde também importa.

EDUCAÇÃO PÚBLICA

Monte Mor entrega mil novos conjuntos de carteiras e cadeiras em três escolas

Administração renovou totalmente o mobiliário destinado aos alunos das escolas municipais de Ensino Fundamental EM José Luiz Gomes Carneiro, Profª Terezinha do Menino Jesus Calil e Profº Fauze Calil Canfur

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Monte Mor entregou mil novos conjuntos de carteiras e cadeiras para três escolas municipais de Ensino Fundamental. A ação renovou 100% do mobiliário destinado aos alunos das unidades contempladas e faz parte das melhorias na estrutura física da rede municipal de ensino.

Foram beneficiadas as escolas municipais José Luiz Gomes Carneiro, Profª Terezinha do Menino Jesus Calil e Profº Fauze Calil Canfur. Segundo a administração municipal, os novos móveis fo-

ram distribuídos de acordo com a necessidade de cada unidade.

A EM José Luiz Gomes Carneiro recebeu 280 conjuntos. Outros 510 foram destinados à EM Profª Terezinha do Menino Jesus Calil, enquanto a EM Profº Fauze Calil Canfur recebeu 210 unidades. Juntas, as três escolas somam os mil novos conjuntos entregues.

A renovação busca melhorar as condições das salas de aula e oferecer mais conforto aos estudantes durante as atividades escolares. A medida também substitui mobiliários antigos das unidades contempladas.



Mil novos conjuntos de carteiras e cadeiras foram entregues a três escolas municipais

O prefeito Murilo Rinaldo (PP) afirmou que as melhorias na estrutura das escolas fazem parte das ações adotadas pelo município para ampliar as condições de ensino. Segundo ele, a troca

de carteiras e cadeiras tem impacto direto na rotina de alunos e professores.

A secretária municipal de Educação, Regimara Stigliani, destacou que as condições do ambiente escolar

também influenciam o processo de aprendizagem. De acordo com ela, a renovação do mobiliário integra um trabalho contínuo de melhoria das unidades da rede municipal. Com a entrega,

a administração municipal afirma que pretende avançar na modernização da estrutura das escolas e oferecer espaços mais adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

RECURSOS HÍDRICOS

Comitês PCJ abrem inscrições para participação na gestão das águas

Da Redação • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Ampliar a participação dos diferentes setores da sociedade na gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ (Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí) é um dos principais objetivos da abertura das inscrições para entidades e usuários interessados em integrar as plenárias do Comitê Paulista (CBH-PCJ) e o PCJ Federal. Esse processo ocorre a cada dois anos desde a criação dos Comitês PCJ.

A partir de terça-feira (8), representantes de diferentes segmentos poderão apresentar sua inscrição para participar dos colegiados, contribuindo para as discussões, decisões e ações relacionadas à gestão das águas na região. O prazo segue até 18 de dezembro. Esta é a primeira etapa do processo eleitoral interno que será concluído em março de 2027.

A participação na plenária nos Comitês PCJ representa uma oportunidade para que diferentes setores da sociedade apresentem suas demandas, experiências e propostas e contribuam para a construção coletiva de soluções para os desafios relacionados aos recursos hídricos. A gestão das águas nas Bacias PCJ é baseada nos princípios da descentralização e da participação, reunindo representantes do poder públi-



Inscrições vão de 8 de setembro a 18 de dezembro para integrar plenárias dos Comitês PCJ

co, dos usuários de recursos hídricos e da sociedade civil em um espaço permanente de diálogo.

Atualmente, os Comitês PCJ reúnem quase 900 pessoas, distribuídas entre diferentes segmentos. Desse total, 129 são representantes de 80 entidades que integram as plenárias dos colegiados, enquanto outros 741 são representantes de 160 entidades participantes das 11 câmaras técnicas temáticas dos colegiados. A composição plural permite que questões relacionadas ao abastecimento, indústria, agricultura, meio ambiente, pesquisa, organizações da sociedade civil, entre outras áreas, sejam consideradas nas discussões sobre o pla-

nejamento e a gestão dos recursos hídricos.

O secretário-executivo dos Comitês PCJ, Denis Herisson Silva, ressalta a importância da participação da sociedade neste processo. “A cada dois anos, temos o compromisso de renovar os Comitês PCJ, o ‘Parlamento das Águas’, onde representantes de governo, municípios, usuários e organizações civis tomam decisões de forma consensual e legitimada sobre a gestão do recurso mais valioso e estratégico para o desenvolvimento sustentável. Os Comitês PCJ, ao longo de mais de três décadas de existência, já deliberaram investimentos de mais de 1 bilhão de reais em projetos e ações em sua bacia,

que abrange 76 municípios e tem cerca de 5,9 milhões de habitantes. E essa evolução só foi possível graças à dedicação de cada membro que acreditou na força da gestão descentralizada e compartilhada. Por isso, a participação de cada entidade não só é bem-vinda, mas essencial para seguirmos escrevendo essa história de sucesso e garantindo água para as futuras gerações”, afirma Denis.

Podem participar desta etapa usuários de recursos hídricos, entidades representativas de usuários e organizações civis, observadas as categorias e os critérios estabelecidos nos documentos que regulamentam a participação nos Comitês PCJ.

Entre os segmentos de usuários estão setores como abastecimento urbano e lançamento de efluentes, indústria e mineração, irrigação e uso agropecuário, hidroeletricidade e usos não consuntivos. Já entre as organizações civis estão universidades, institutos de ensino superior, entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sindicatos de trabalhadores, associações técnicas e comunitárias, entidades ambientalistas, além de consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, entre outras categorias previstas.

A entrada de novos participantes contribui para ampliar a diversidade de vozes nos Comitês PCJ e fortalecer a gestão compartilhada dos recursos hídricos. Para os interessados, também é uma oportunidade de acompanhar de perto as discussões e contribuir para decisões que impactam diretamente a disponibilidade e a qualidade da água nas Bacias PCJ.

A abertura das inscrições é a primeira etapa para a definição dos representantes dos diferentes segmentos que irão compor os Comi-

tês PCJ no mandato 2027-2029. Após o período de inscrições, serão realizadas a análise da documentação e, se necessário, a apresentação e análise de pedidos de impugnação e recursos. Na sequência, serão abertas as inscrições das chapas que disputarão a representação dos segmentos de Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cívicas, conforme o calendário estabelecido, que termina em março de 2027, com a reunião Plenária em que será eleita a diretoria dos Comitês PCJ.

Para facilitar o acesso às informações, a Agência das Bacias PCJ disponibilizou uma página específica sobre a participação nos Comitês PCJ, que reúne o calendário, edital, documentos, modelos de requerimentos, fichas e demais orientações necessárias para os interessados.

Já para a participação de entidades nas 11 Câmaras Técnicas Temáticas, a inscrição pode ser realizada a qualquer momento (exceto para a função de coordenação), sendo a renovação das CTs realizada após cada renovação de plenária.

A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP - FUNCAMP torna pública a abertura de inscrições para os processos seletivos:

Edital 102/2026

TÉCNICO DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

Edital 103/2026

AUXILIAR DE LAVANDERIA

Edital 107/2026

AUXILIAR DE LIMPEZA

Para visualizar o edital, acesse:

www.funcamp.unicamp.br

Assine o Newsletter Grátis e receba e-mails sobre os editais de seu interesse.

BOA PROSA

Comunicação

Produção de Conteúdo

Assessoria de Imprensa

(19) 97110-5606

NOVO PRÉDIO

Lei regulariza área de 10,1 mil m² para implantação da Fatec em Hortolândia

Prefeito Zezé Gomes sancionou a lei que desafeta área no Remanso Campineiro, permitindo a regularização do imóvel e o avanço da doação ao Centro Paula Souza para implantação da unidade da Faculdade de Tecnologia no município

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito de Hortolândia, Zezé Gomes (Republicanos), sancionou a lei que permite avançar na regularização da área destinada à implantação de uma unidade da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo, a Fatec, no município. O terreno possui 10.187,34 metros quadrados e está localizado no loteamento Remanso Campineiro.

A nova legislação determina a desafetação da chamada Área “B”, resultante da subdivisão da Praça 01 do loteamento. Com a mudança, o imóvel deixa de ser classificado como bem de uso comum do povo e passa à categoria de bem dominical do patrimônio municipal.

A alteração jurídica é uma das etapas necessárias para que a Prefeitura conclua os procedimentos administrativos e registrais relacionados à transferência do terreno ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o Ceepts, responsável pela administração das Fatecs no Estado de São Paulo.



Lei regulariza área de 10,1 mil m², ao lado da Etec, para viabilizar Fatec em Hortolândia

A doação da área já havia sido autorizada pela Lei Municipal nº 4.649, de 16 de junho de 2026. No entanto, a escritura pública ainda

não havia sido lavrada porque o imóvel continuava registrado como praça na matrícula imobiliária. Com a sanção da nova

lei, a Prefeitura fica autorizada a promover a averbação da desafetação no Cartório de Registro de Imóveis e, posteriormente, for-

malizar a transferência do terreno ao Centro Paula Souza. A alteração produzirá efeitos após a averbação na matrícula do imóvel.

A área está registrada sob a matrícula nº 100.932 e fica no Remanso Campineiro, ao lado da Escola Técnica (Etec).

A legislação também autoriza o Executivo municipal a praticar os atos administrativos e registrais necessários para concluir todo o processo de regularização.

Medida garante segurança jurídica ao processo e permite efetivação da doação

Na justificativa encaminhada anteriormente à Câmara Municipal, Zezé Gomes afirmou que a medida tinha como objetivo garantir segurança jurídica ao processo e permitir a efetivação da doação.

A implantação da Fatec é apontada pela administração municipal como uma forma de ampliar a oferta de ensino superior tecnológico gratuito em Hortolândia. A futura unidade deverá atender estudantes e trabalhadores da cidade e acompanhar a expansão econômica e tecnológica do município e da região.

RECAPEAMENTO

Hortolândia conclui recuperação do asfalto na Rua Antônio Fernandes Leite

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Equipes da Prefeitura de Hortolândia concluíram, na madrugada de quinta-feira (03), mais um trecho do recapeamento realizado na rua Antônio Fernandes Leite, a principal área comercial do Jardim Rosolém. O trabalho avança e a intervenção foi realizada até o cruzamento da via com a rua Inácia de Moraes Leite. A recuperação do asfalto na área vai beneficiar, além dos motoristas, comércios em geral. A ação continua nos próximos dias com a retirada do antigo pavimento e a aplicação da nova massa.

O serviço acontece, diariamente, a partir das 20h, período de menor movimento, sendo concluído até o início da manhã do dia seguinte com o objetivo de evitar problemas no fluxo do tráfego. De acordo com a Secretaria de Mobilidade Urbana, os trechos onde acontecem os trabalhos, estão monitorados por agentes, sinalizados e interditados. Comerciantes e moradores da região já receberam panfletos informativos sobre a ação.

De acordo com a Secretaria de Obras, ao total, serão 11 vias contempladas na ação que atenderá também outros bairros. O recapeamento já foi concluído em duas delas. Ao todo, serão recuperados 49.118,43 metros quadrados de vias.



Mutirão que contempla 11 vias do Jardim Rosolém beneficia, além dos motoristas, comerciantes da região

O investimento garante segurança viária, melhores condições de tráfego e fluidez no trânsito, evitando sinistros e trânsito. Além disso, a recuperação das vias também é essencial para facilitar o acesso às rodovias que cortam a cidade.

Com as obras concluídas, a Prefeitura terá recuperado cerca de 115 km de vias em toda a cidade nos últimos seis anos. O cuidado com as ruas de Hortolândia vem desde 2021, quando foram recuperados 42,25 km de vias públicas. Na época, o serviço atendeu importantes avenidas da cidade, como Emancipação, Thereza Ana Cecon Breda e São Francisco de Assis.

Em 2022, o trabalho prosseguiu, com atenção e cuidado à mais 20 km de ruas, atendendo bairros como Jd. Santa Amélia, Vila Real, Jd. Nova Hortolândia,

Jd. Santa Izabel e diversas outras localidades.

Em 2023, outros 20 km foram recapados, contemplando ruas do Remanso Campineiro, Jd. das Painceiras, Nova Hortolândia, Parque dos Pinheiros, Jd. Santo André, Jd. São Jorge, Jd. Adelaide, Vila Guedes, Jd. Campos Verdes e muitos outros pontos atendidos ao longo de 2023.

Já em 2024, 8,5 km de ruas foram recapadas no Parque Orestes Ôngaro e Jd. São Sebastião. No ano passado, 11 km de vias receberam obras, incluindo o Jd. Nova Europa, Jd. Carmem Cristina, Jd. Estefânia, Jd. São Camilo, Jd. Santa Luiza, Vila Real, Jd. Nova Hortolândia e Jd. Amanda. Já neste ano, o serviço atendeu ruas do Residencial João Luiz, Jd. Nova Hortolândia e Jd. Terras de Santo Antônio.



ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan

e-mail: diego.vivan@gmail.com

Programa Viola Brasil completa três anos e se consolida como uma das melhores atrações da música sertaneja

O sertanejo é um dos principais gêneros da música brasileira. E com o objetivo de manter viva essa história tão rica na cultura popular brasileira, o programa Viola Brasil, que vai ao ar todos os domingos, às 12h, para todo o Brasil através da Rede Família de televisão, canal 8.1, completa três anos de vida, neste mês de setembro, valorizando esse legado de tantos artistas e revelando novos talentos. O programa fez a sua estreia no dia 03 de setembro de 2023 pela TV Cultura Paulista.

Com o prestígio do público e dos artistas, no dia 16 de março de 2025 a atração entrou no ar em rede nacional pela Rede Família. O Viola Brasil é um dos programas mais queridos da televisão brasileira e conta com a apresentação de Carlos Barbosa. Vale lembrar que a atração também pode ser acompanhada simultaneamente pela TVRO canal 38, Claro TV, além das redes sociais e aplicativo da Rede Família e do programa Viola Brasil.

“Com a permissão do nosso telespectador, todos os domingos entramos em muitos lares no Brasil, sempre levando entretenimento, música e alegria para as pessoas. Nestes três anos de programa procuramos produzir o melhor conteúdo possível para o nosso público e tanto respeito e carinho nos motiva a continuar levando o melhor da música



sertaneja para todo o Brasil”, disse Carlos Barbosa, apresentador e diretor do programa.

O Viola Brasil já se tornou um dos principais programas de música sertaneja do Brasil. Mais de 140 artistas já passaram por lá, entre eles, Marcelo Costa, Leyde & Laura, Belmonte & Amaraí, Lucas & Luan, Lucas & Breno, Maurício & Mauri, Chico Amado & Xodó, João Moreno & Mariano, Durval & Aladin, Ricardo & João Fernando, Dany & Diego, AnieRafa, Elis Justi, Maurício Lima, entre tantos outros.

O programa Viola Brasil tem o apoio cultural da Usina do Eucalipto, Casa Gara e do escritório Viola Brasil Produções Artísticas. A atração é um mergulho na história da música sertaneja, caipira e na moda de viola e tem conquistado números impressionantes de audiência tanto na televisão quanto nas redes sociais.

REDE FAMÍLIA

A RFTV, Rede Família de Televisão, é uma emissora de televisão aberta com sede em Limeira, cidade do interior do Estado de São Paulo, e estúdios em Campinas/SP, faz parte do Grupo Record. Com mais de 25 anos de experiência, atua no mercado de entretenimento, informação e cultura, alcançando mais de 16 milhões de telespectadores.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Americana instala alambrado para impedir descarte no Bosque dos Ipês

Segunda etapa da requalificação ambiental prevê 865 metros lineares de alambrado para proteger a área verde na região do Residencial Tancredi; trabalhos devem terminar até fim de setembro, antes da implantação da iluminação

Paulo Medina • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Americana iniciou a segunda etapa do projeto de requalificação ambiental do Bosque dos Ipês, localizado na região do Residencial Tancredi. A nova fase prevê o cercamento da área verde com 865 metros lineares de alambrado, medida adotada para tentar impedir o descarte irregular de resíduos e ampliar a proteção do espaço. A previsão da administração municipal é concluir essa etapa até o fim de setembro.

O projeto é executado pela Secretaria de Meio Ambiente e foi dividido em três fases. A primeira delas foi encerrada em meados de agosto, com serviços de recuperação do solo e implantação de uma pista de caminhada com aproximadamente 2 mil metros quadrados.

Segundo a secretária municipal de Meio Ambiente, Andréa Cristina



Bosque dos Ipês recebe alambrado antes da última fase da requalificação ambiental

Gonçales, o cercamento é considerado necessário antes da conclusão definitiva das intervenções previstas para o bosque.

“Estamos realizando um trabalho de proteção do meio ambiente nesta

segunda etapa. Não basta concluirmos o projeto sem antes erguermos uma proteção contra o descarte irregular, que polui a área e piora a qualidade de vida do cidadão, da fauna e da flora. O trabalho está sen-

do bem feito e em breve iniciaremos a fase derradeira do projeto de requalificação ambiental”, afirma a secretária de Meio Ambiente, Andréa Cristina Gonçalves.

Depois da instalação do alambrado, a Prefeitura

deverá iniciar a terceira e última etapa do projeto, que contempla a implantação de iluminação em LED. A conclusão de todo o conjunto de melhorias está prevista para o segundo semestre deste ano.

O Bosque dos Ipês é considerado um parque natural e possui Área de Preservação Permanente (APP). O espaço reúne vegetação característica da Mata Atlântica e do Cerrado, além de abrigar nascentes, o que reforça, segundo o município, a necessidade de medidas de conservação.

O licenciamento ambiental do projeto também estabelece uma compensação com o plantio de 335 mudas de árvores nativas dos biomas existentes na região. O plantio deverá ocorrer no Sistema de Áreas Verdes do Município e seguir critérios relacionados ao processo de sucessão florestal.

A requalificação faz parte do programa municipal voltado aos parques naturais de Americana e também atende às obrigações estabelecidas em um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Prefeitura e o Ministério Público.

INCLUSÃO PRODUTIVA



Turmas começam em setembro e buscam preparar participantes para o mercado de trabalho

Programa oferece curso gratuito de designer de sobrancelhas em Sumaré

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Programa Inclusão Produtiva, desenvolvido em parceria com a Prefeitura de Sumaré, está com inscrições abertas para duas novas turmas gratuitas do curso de designer de sobrancelhas, com início previsto para setembro. A capacitação tem como objetivo ampliar o acesso à qualificação profissional e oferecer conhecimentos que possam contribuir para a inserção dos participantes no mundo do trabalho, tanto por meio do

empreendedorismo quanto pela busca de oportunidades de emprego formal.

A formação na área da beleza pode representar uma alternativa para quem deseja adquirir uma nova habilidade profissional, prestar serviços de forma autônoma, gerar renda ou ampliar suas possibilidades de atuação no mercado.

As duas turmas serão realizadas em diferentes regiões do município. No SC-FV Horto, localizado na Rua Luiz Argenton, nº 178, Jardim Marchissolo, na região central, as aulas acontece-

rão às quintas-feiras, das 8h30 às 11h30, com início em 24 de setembro.

Já no CRAS Matão, localizado na Avenida Emílio Bosco, nº 825, Matão, as aulas serão realizadas às segundas-feiras, das 8h30 às 11h30, com início previsto para 28 de setembro.

A iniciativa integra as ações do Programa Inclusão Produtiva voltadas à qualificação, geração de renda e ampliação das oportunidades para a população. O programa oferece capacitações em diferentes áreas e busca aproximar os par-

ticipantes de conhecimentos que possam ser aplicados tanto em atividades profissionais quanto na criação de iniciativas próprias.

INSCRIÇÕES

As inscrições devem ser realizadas presencialmente nos locais onde os cursos serão realizados. As vagas são limitadas e estão sujeitas à disponibilidade de cada turma.

Os interessados devem procurar o SCFV Horto ou o CRAS Matão para realizar a inscrição e obter informações sobre a capacitação.



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

INSS é condenado a pagar R\$ 40 mil por demora na aposentadoria e pensão por morte

TRF-3 aumentou indenização após segurado morrer sem receber benefício já reconhecido pela Justiça

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deverá pagar R\$ 40 mil por danos morais à viúva de um segurado que morreu sem receber uma aposentadoria reconhecida judicialmente. A decisão é da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que dobrou o valor

inicialmente fixado em R\$ 20 mil.

BENEFÍCIO FOI RECONHECIDO, MAS NÃO IMPLANTADO

O segurado havia obtido na Justiça o direito à aposentadoria por tempo de contribuição, com determinação para implantação imediata e início do benefício em 18 de janeiro de 2013. Mesmo após novas ordens judiciais, acordo ho-

mologado e aplicação de multas, o INSS não cumpriu a determinação, em uma demora que se prolongou por anos.

A situação ganhou maior gravidade porque o segurado enfrentava câncer, fazia tratamento oncológico e estava incapacitado de forma total e permanente desde março de 2019. Ele morreu em 16 de junho de 2020 sem receber a aposentadoria.

Após o falecimento, a esposa solicitou pensão por morte, em 29 de junho de 2020, mas também enfrentou demora na análise. O processo registrou ainda um erro do INSS durante a execução, quando a autarquia apresentou dados referentes a outra pessoa.

POR QUE A INDENIZAÇÃO CHEGOU A R\$ 40 MIL?

Para o TRF-3, a situação ultrapassou um simples atraso administrativo. O tribunal considerou o descumprimento reiterado de decisões judiciais, a natureza alimentar da aposentadoria, a doença grave, a morte do segurado sem receber o benefício e a demora na pensão por morte.

O tribunal reconheceu o dano moral in re ipsa, considerando que, diante das circunstâncias comprovadas, não seria

necessária uma prova específica do sofrimento da viúva.

TODO ATRASO DO INSS GERA DANO MORAL?

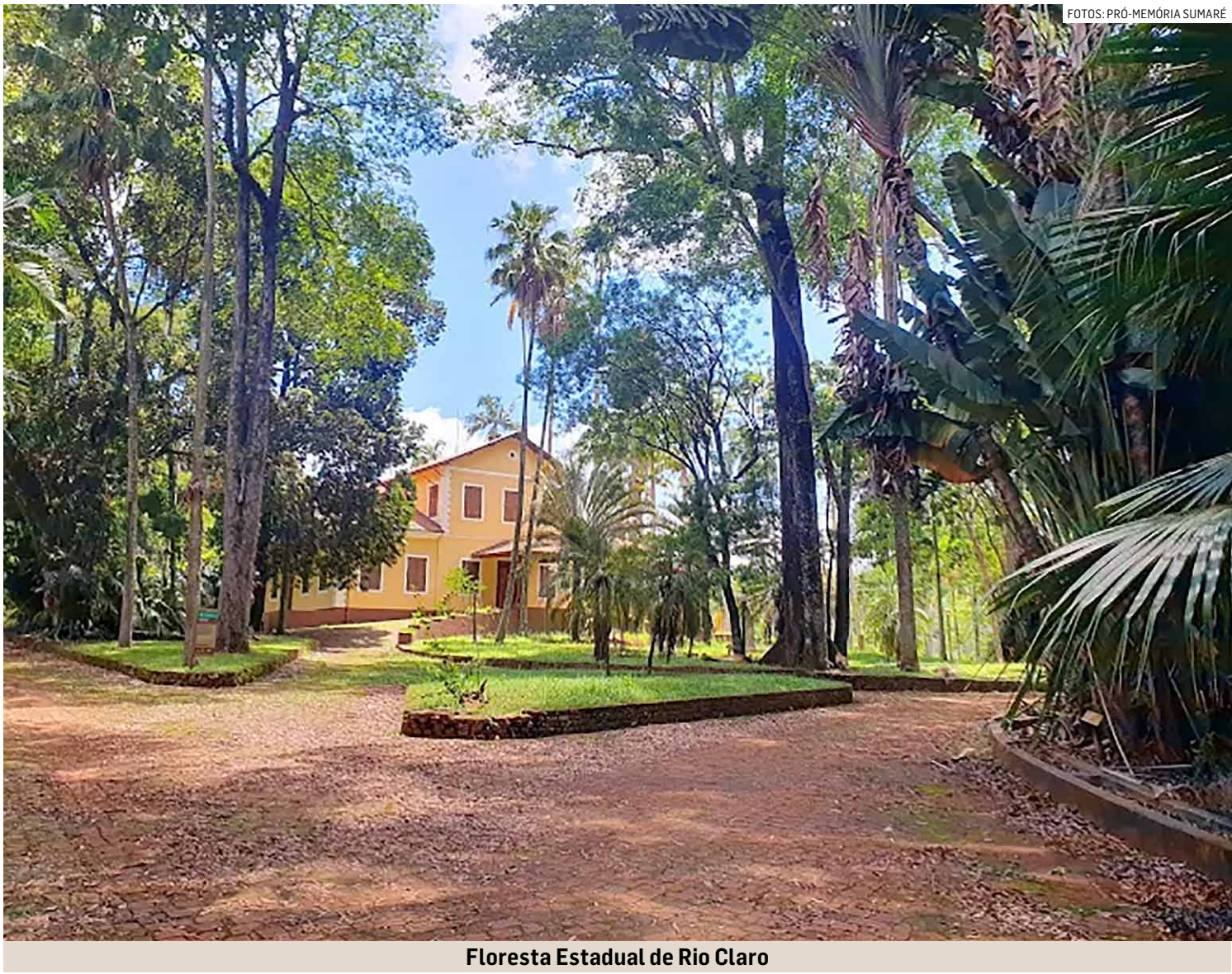
Não. A decisão não estabelece que qualquer demora na análise ou implantação de benefício resulte automaticamente em indenização.

O caso foi considerado excepcional justamente pela combinação de diversos fatores graves. Por isso, pedidos semelhantes precisam ser analisados individualmente, considerando a conduta do INSS, os prejuízos causados e as provas existentes. A decisão do TRF-3 também não estabelece um valor padrão de R\$ 40 mil para situações semelhantes, pois a indenização foi definida de acordo com as particularidades daquele processo.

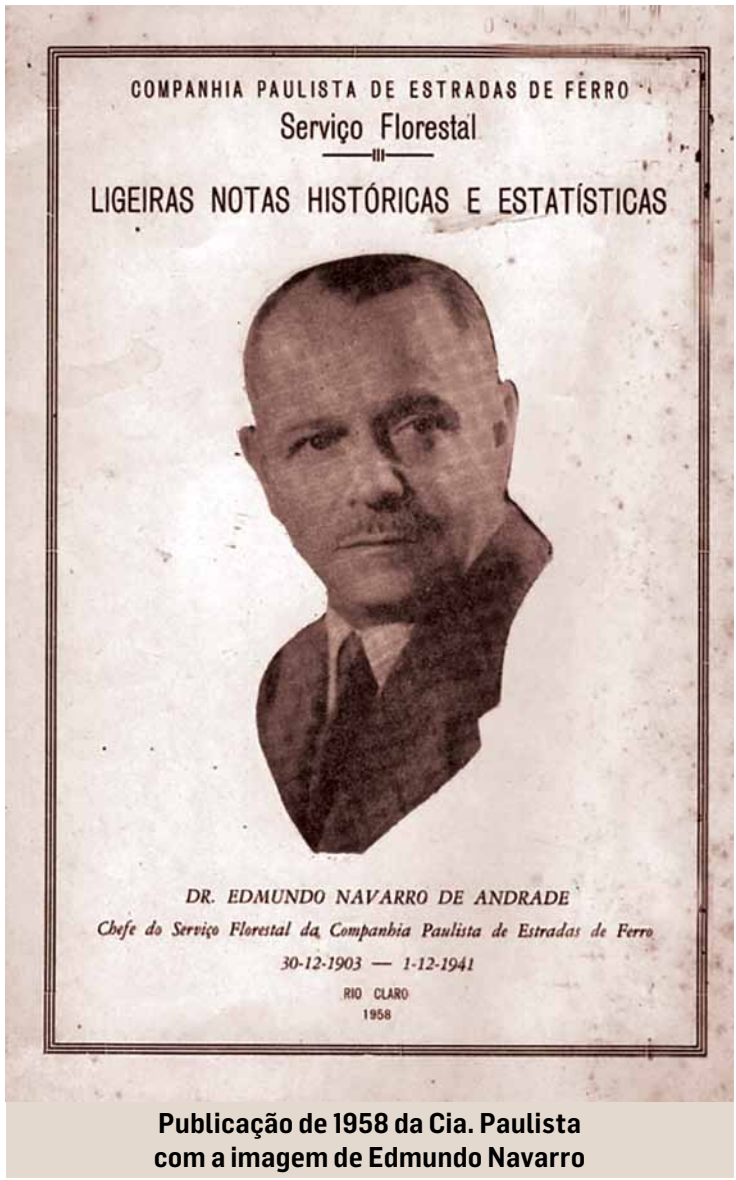
Para o segurado ou dependente, o caso reforça a importância de guardar decisões judiciais, protocolos, comprovantes de cumprimento de exigências e demais documentos que demonstrem eventual demora ou descumprimento por parte do INSS.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

Os hortos florestais da Paulista



Floresta Estadual de Rio Claro



Publicação de 1958 da Cia. Paulista com a imagem de Edmundo Navarro

AUTOR DO TEXTO

Alaerte Menuzzo

Professor de História e Diretor da Pró-Memória

Edmundo Navarro de Andrade foi o criador dos Hortos Florestais da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ele nasceu em São Paulo no dia 30/12/1903 e faleceu no dia 01/12/1941.

Engenheiro Agrônomo formado em Coimbra-Portugal, foi contratado pela Paulista com a incumbência de organizar um horto florestal em Jundiaí, que

nessa época necessitava de madeira para suas locomotivas a vapor e de dormentes para o leito ferroviário. Na qualidade de Chefe do Serviço Florestal da empresa, fez diversas pesquisas sobre a espécie de madeira que melhor se enquadraria nas necessidades da ferrovia.

Depois de cinco anos de pesquisas chegou à conclusão que nenhuma espécie de madeira da flora brasileira se prestava à reconstituição das florestas destruídas. Entre essas pesquisas estavam o pinheiro do Paraná e as madeiras indígenas.

A escolha final de Navarro acabou sendo direcionada para o gênero EUCALYPTUS, uma madeira nativa da Austrália. Foi de lá que trouxe mudas de mais de 90 espécies, que acabariam sendo descritas em seu livro “O EUCALIPTO”.

No final da década de 1950 o Serviço Florestal da Companhia Paulista ocupava mais de dez mil alqueires paulistas de ter-

ras, com 40 milhões de pés plantados em 18 Hortos – Sumaré era um deles.

Até 31 de dezembro de 1957 o Serviço Florestal da empresa registrou o fornecimento desta impressionante quantidade de madeira:

- 6.648.560 metros cúbicos de lenha;
- 993.729 postes e estacas de eucaliptos;
- 35.720 quilos de sementes selecionadas e eucaliptos.

O Horto de Rio Claro, criado em 1905, foi escolhido como residência e sede de trabalho de Edmundo Navarro. Tornou-se um Centro de Pesquisa. Alguns anos depois foi criado naquele ambiente o Museu do Eucalipto.

Hoje aquele local é conhecido pelo nome de FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE. É ambiente classificado como atração turística. Digno de ser visitado por ambientalistas, historiadores e população em geral.

O Horto de Sumaré, depois da instalação de três assentamentos rurais, coordenados pelo Governo do Estado de São Paulo, hoje possui pouco mais de 90 alqueires, dos mais de 350 originais. Esse local possui uma represa que abastece de água potável uma importante parcela de população do Município.

Edmundo Navarro de Andrade recebeu diversas homenagens pelo seu trabalho, em diversos municípios brasileiros. Hortolândia, que não tinha Horto, homenageou-o com um nome de rua. Sumaré, que ainda tem um Horto, ainda não rendeu a ele qualquer homenagem.

Bibliografia
1 - Arquivos da Associação Pró-Memória de Sumaré
2 - Edmundo Navarro de Andrade – Augusto Jerônimo Martini – Editora Humanitas – Edição de 2004

Sugestão para visita
FLORESTA ESTADUAL NAVARRO DE ANDRADE
Av. Navarro de Andrade – s/n. – Vila Paulista
Fone 19 – 3525-7036
feenarioclaro@fflorestal.sp.gov.br

OS HORTOS MENCIONADOS LINHAS ATRÁS, EM UMA PUBLICAÇÃO DA PAULISTA DE 1958 ERAM OS SEGUINTES:

Horto	Área em hectares
Jundiaí	97,79
Boa Vista	1.066,62
Sumaré (aproximadamente 350 alqueires)	856,15
Tatu	750,25
Cordeirópolis	259,55
Loreto	980,97
Descalvado	368,42
Aurora	551,27
Rio Claro	2.427,82
Camaquã	1.451,47
São Carlos	1.162,13
Tapuia	58,93
Guarani	4.332,23
Ibitiuva	743,49
Córrego Rico	456,82
Bebedouro	1.534,52
Aimorés	5.425,16
Brasília Paulista	1.863,40

BOA PROSA Comunicação

Produção de Conteúdo Assessoria de Imprensa (19) 97110-5606

Good Bom

vecon

ACIAS ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SUMARÉ

ÓTICA CARON desde 1950 óculos • jóias • relógios

A.E.A.S. ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE SUMARÉ desde 1982

Auto Posto Parque Ongaro

DSZ Imobiliária Cordenonsi Assessoria Imobiliária Ltda (19)3828-7997/3883-2554 www.dszi.com.br

ELPORADO Imóveis DESDE 1977 3803-1330 elporadoimoveis.com.br

ALPE Sistemas de Segurança

LAHUMAN TECNOLOGIA EM PLÁSTICOS E FIOS TÉCNICOS

G2 CNT Telefone (19)3873-4877 e-mail: g2@cnt.br

22

Filadélfia Assessoria Empresarial

ENGENHO DE AGUARDENTE



Foto de 1964, do interior do antigo engenho de aguardente dos Irmãos Pedroni, que produzia a famosa Caninha Marcello. Alfredo Hegte e Fernando Pedroni aparecem na foto, fazendo a moagem da cana.

DESPACHANTE CAMARGO



Foto de um dos mais antigos despachantes policiais de Sumaré, instalado na rua Antonio do Valle Mello, quase esquina com a rua 7 de Setembro. Esse local seria utilizado, mais tarde, como consultório dentário do Dr. Manoel Rosa dos Reis. Estão nesta foto de 1971 os funcionários do Despachante Camargo: Fátima Urbano (Silveira), Rose Urbano e Homero Rohwedder.

ALUNOS DO ALKMIN



Foto de 1957 de uma classe masculina do Grupo Escolar Professor "André Rodrigues de Alkmin", que irá completar 90 anos de idade em 2015. Conseguimos identificar as seguintes pessoas: Aristides Moranza Filho, Geraldo Cia, Justino França Neto, Antonio Jesuino Michelin, Leroy King Vaughan, José Carlos Rohwedder, Antonio Consulin, Ademir Lorençatto e Ademir Trovó.

SUMARÉ NA DÉCADA DE 1980



Foto área do centro de Sumaré, da década de 1980. A rua que vemos em primeiro plano é a 16 de Dezembro. No alto, à direita, vê-se o grande prédio da empresa Agrofertil.

ALUNOS DO ALKMIN

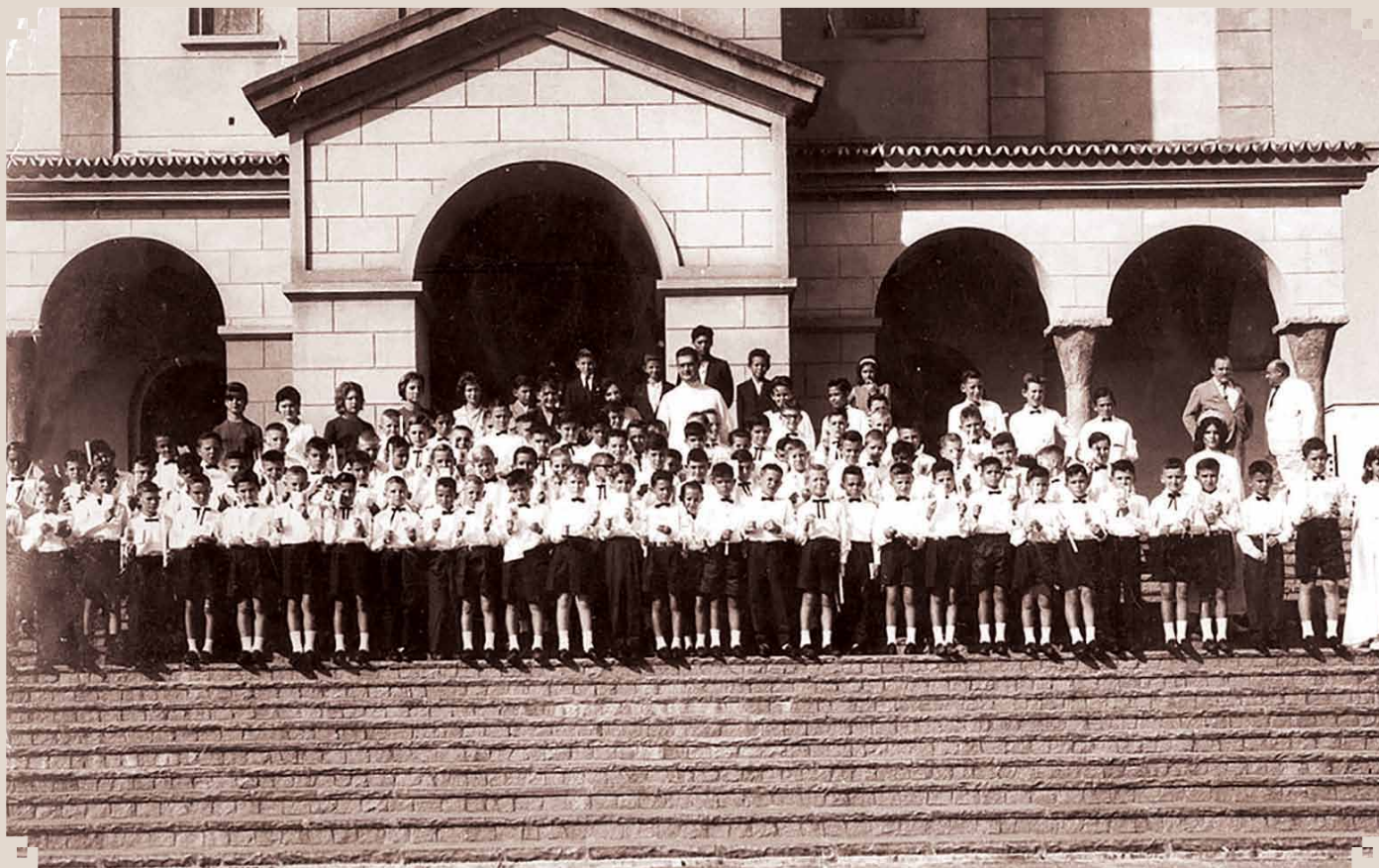


Foto tirada em 1963, Da escadaria da Igreja Matriz de Santana, com garotos que fizeram sua Primeira Comunhão. No centro, o Padre Constantino Gardinalli. Na extrema direita, no alto, o médico Leandro Franceschini e seu irmão, Olívio Franceschini.

REPRESA DO MARCELLO



Estes frondosos eucaliptos cercavam a Represa do Marcello, principal local de diversão dos reboucenses e sumareenses nas décadas de 1940 e 1950. Henrique Pedroni está nesta foto de maio de 1987, abraçado a um exemplar do tipo Citriodora, plantado por ele em 1937.

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

A Abolição, República e Imigração



FOTOS DIVULGAÇÃO

Aureliano Augusto de Aguirre

A Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, representou um marco decisivo na história política do Brasil. O regime monárquico, que vigorava desde a independência, deu lugar a um novo sistema de governo, baseado em ideais republicanos e na busca por maior participação política da sociedade. Nesse contexto de transformação nacional, o município de Monte Mor destacou-se pela rapidez e firmeza com que aderiu ao novo regime.

Apenas três dias após o ato que instaurou a República, em 18 de novembro de 1889, a Câmara Municipal de Monte Mor reuniu-se em sessão extraordinária. O presidente da Câmara, Coronel Domingos Ferreira Alves, expôs aos vereadores os últimos

acontecimentos ocorridos no país e recomendou que fosse votado o respeito e a obediência ao governo provisório recém-estabelecido. Essa atitude demonstrou não apenas alinhamento político, mas também a preocupação em garantir estabilidade institucional no município.

No dia 24 de novembro, nove dias após a proclamação, a Câmara voltou a se reunir extraordinariamente. Mesmo sem ter recebido qualquer comunicação oficial do governo central, os vereadores redigiram um ofício reconhecendo o novo sistema de governo. Esse gesto reforçou a autonomia e o comprometimento da cidade com os ideais republicanos. Na mesma ocasião, foi instituído o Primeiro Diretório Republicano de Monte Mor, composto por Eloy Pompeu de Camargo, Aureliano Augusto de Aguirre e Domingos Ferreira Alves. A criação desse diretório simbolizou o início da organização política local sob a nova ordem republicana.

CONSEQUÊNCIAS DA ABOLIÇÃO E A IMIGRAÇÃO

Enquanto o país vivia a transição para a República, Monte Mor já sentia os efeitos da Abolição da Escravatura, decretada em 13 de maio de 1888. O desaparecimento da mão de obra

escrava trouxe profundas mudanças na estrutura agrícola e social da região. Dois fenômenos passaram a ser observados: de um lado, o aumento dos contratos de trabalho, ainda que em muitos casos firmados apenas verbalmente; de outro, a presença crescente de imigrantes, especialmente italianos, que se tornaram fundamentais para a continuidade da produção agrícola.

Em 21 de julho de 1889, a Câmara Municipal enviou ao vice-presidente da província um relatório detalhado sobre a situação das colônias agrícolas do município. O documento informava a existência de três colônias particulares: a primeira pertencente a Joaquim Pinto de Oliveira, a segunda à herança do Barão de Monte Mor e a terceira a Luciano Teixeira Nogueira. Nessas colônias, fundadas entre março e outubro de 1888, viviam famílias brasileiras libertas pela Lei Áurea e famílias italianas recém-chegadas.

Na primeira colônia, havia seis famílias brasileiras e sete italianas; na segunda, oito famílias brasileiras e oito italianas; e na terceira, doze famílias italianas e quatro brasileiras. Todas se dedicavam à lavoura, demonstrando que

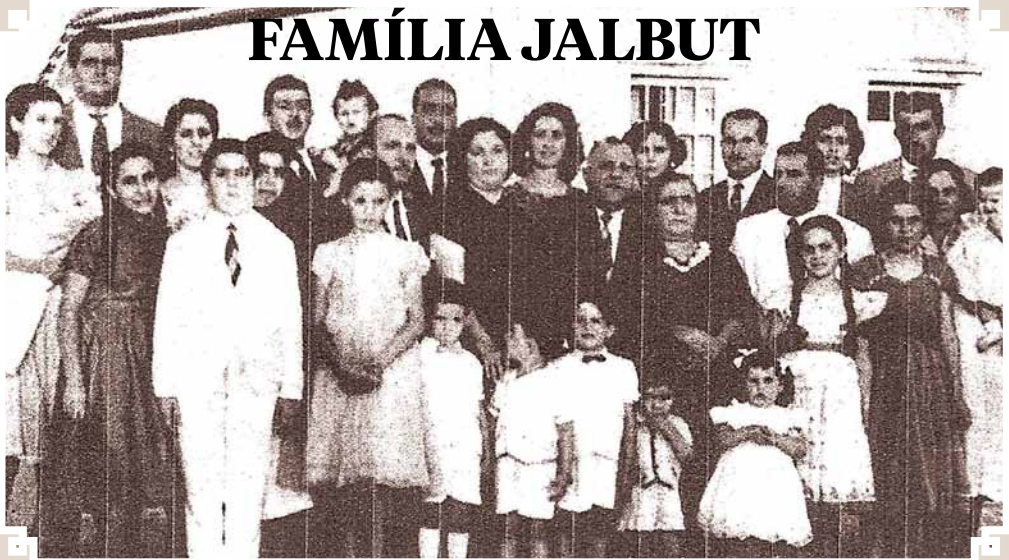
a agricultura permanecia como a principal atividade econômica da região. No total, Monte Mor contava com 18 famílias brasileiras libertas e 27 famílias italianas, evidenciando a importância da imigração para suprir a mão de obra após a abolição.

MONTE MOR NA NOVA ORDEM REPUBLICANA

A rápida adesão de Monte Mor à República e a organização política local demonstram a capacidade do município de acompanhar as transformações nacionais. Ao mesmo tempo, a convivência entre trabalhadores libertos e imigrantes revela como a cidade se adaptou às novas condições sociais e econômicas impostas pelo fim da escravidão. O Diretório Republicano, instituído em novembro de 1889, simbolizou o compromisso da comunidade com os ideais republicanos, enquanto as colônias agrícolas mostravam a força da integração entre brasileiros e estrangeiros na construção de uma nova realidade.

Foto ilustrativa: Aureliano Augusto de Aguirre, um dos participantes do Primeiro Diretório Republicano de Monte Mor, instituído em 24 de novembro de 1889.

FAMÍLIA JALBUT



Esta fotografia, provavelmente datada da década de 1960, registra a família do casal Nemer Name Jalbut e Fausia Massud Jalbut. O casal, de origem libanesa, chegou ao Brasil como imigrante, em 1920 e estabeleceu-se em Monte Mor, onde construiu uma trajetória marcada pelo trabalho, pela fé e pela integração à comunidade local. O legado dos Jalbut permanece vivo até hoje, preservado por seus descendentes, que continuam a representar os valores e tradições trazidos do Líbano há mais de um século. No registro, além do casal, aparecem filhos, genros, noras e netos, reunidos em um retrato que simboliza não apenas a união familiar, mas também a contribuição dos imigrantes libaneses para o desenvolvimento social e cultural de Monte Mor.

FAMÍLIA DE LAURINDO CAETANO DE ANDRADE



Foto mostrando o casal Christiano Frederico Fahl e Mathilde Augusta Suhr. Christiano nasceu em Campinas em 05 de fevereiro de 1905 e era filho de Christian Friedrich Fahl e Joana Nielsen. Casou-se com Mathilde, em Monte Mor, no ano de 1928.

Faleceu em 05 de agosto de 1966 aos 61 anos. Mathilde nasceu em Campinas no dia 09 de fevereiro de 1909 e era filha de Fritz Claus Rudolph Suhr e de Elena Steffen. O casal residiu por longos anos em Monte Mor e tiveram os filhos: Otto Wilson Fahl, Edgard Frederico Fahl e Geny Helena Fahl. Mathilde faleceu em 16 de abril de 1966 aos 56 anos. Ambos estão sepultados no Cemitério Municipal de Monte Mor.

MESSIAS RODRIGUES



Messias Maria Rodrigues nasceu em Monte Mor, em 13 de outubro de 1939, filho de Vicente de Paula Rodrigues e de Olga Del Tregia Rodrigues. Foi um homem trabalhador, de conduta ilibada, católico praticante e muito estimado pela comunidade. Participou ativamente da vida política como vereador e esteve sempre presente na vida social da cidade, contribuindo para o desenvolvimento local e fortalecendo os laços comunitários. Faleceu em 28 de agosto de 2013, sendo sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor, deixando lembranças de dedicação, fé e respeito que marcaram sua trajetória.

CHRISTIANO E MATHILDE



Foto mostrando o casal Christiano Frederico Fahl e Mathilde Augusta Suhr. Christiano nasceu em Campinas em 05 de fevereiro de 1905 e era filho de Christian Friedrich Fahl e Joana Nielsen. Casou-se com Mathilde, em Monte Mor, no ano de 1928. Faleceu em 05 de agosto de 1966 aos 61 anos. Mathilde nasceu em Campinas no

dia 09 de fevereiro de 1909 e era filha de Fritz Claus Rudolph Suhr e de Elena Steffen. O casal residiu por longos anos em Monte Mor e tiveram os filhos: Otto Wilson Fahl, Edgard Frederico Fahl e Geny Helena Fahl. Mathilde faleceu em 16 de abril de 1966 aos 56 anos. Ambos estão sepultados no Cemitério Municipal de Monte Mor.